

A ÍNDIA E A SEGURANÇA REGIONAL APÓS ABBOTTABAD

India and the Regional Security After Abbottabad

Marco Cepik¹
Rômulo Pitt²

1. Introdução

Quase dez anos após a declaração da Guerra ao Terror por parte dos Estados Unidos e seus aliados, o fundador do grupo Al Qaeda, Osama Bin Laden, foi morto em uma ação militar unilateral do governo americano, em Abbottabad, no dia dois de maio de 2011. A morte de Bin Laden enseja avaliações sobre a conjuntura internacional em diversos planos, desde a situação política da presidência Obama nos Estados Unidos até as consequências operacionais para a Al Qaeda. No caso do presente artigo, decidimos analisar a questão da segurança regional no sul da Ásia, a partir da observação da situação da Índia e com foco nas relações entre Índia e Paquistão.

Na esfera externa, a política de segurança indiana é característica de uma potência ascendente: padrões de engajamento com outras grandes potências que variam desde a cooperação até a competição, consolidação de uma virtual supremacia no subcontinente e, mais recentemente, investimentos maciços em mercados emergentes como forma de consolidar seu bom desempenho econômico. Apesar disto, as relações com o Paquistão ainda são o primeiro ponto na agenda securitária indiana. O instável vizinho possui um arsenal nuclear, o que, aliado ao quadro de constantes ações terroristas contra o Estado paquistanês, mantém constante a percepção de ameaça da posse desse arsenal por grupos não estatais.

¹ NERINT-UFRGS. E-mail: marco.cepik@ufrgs.br

² NERINT-UFRGS. E-mail: romulo.pitt@gmail.com

A questão paquistanesa toma complexidade com a participação de potências externas. O quadro que está se desenhando no subcontinente indiano conta com a participação cada vez mais ativa de China, Estados Unidos e potencialmente da Rússia.

Enquanto isso, as relações indo-paquistanesas estão intimamente ligadas às questões de segurança indiana interna. Os grupos separatistas, a violência entre diferentes comunidades étnicas e religiosas, as guerrilhas e as vulnerabilidades de ordem socioeconômica figuram entre os problemas recorrentes de segurança enfrentados pelo Estado indiano na esfera doméstica. O ataque terrorista em Mumbai, em 2008, assim como as ações da guerrilha maoísta, mais recentemente, provocou um senso de urgência para a ação governamental direta contra os grupos armados organizados. O atentado de Mumbai, em particular, contribuiu para a interligação das esferas regionais e domésticas de segurança, dando importância para o encaminhamento do conflito anti-terrorista no Paquistão e para a questão da infiltração da militância extremista nas agências governamentais paquistanesas.

Assim, por meio da análise da política externa e de defesa indiana, analisaremos os impactos da morte de Bin Laden sobre as perspectivas de mudança na relação entre Índia e Paquistão e as conseqüentes implicações para a segurança regional.

2. Contextualização da Política Externa Indiana e o papel do Paquistão

A política externa da Índia entre 1947 e 1962 foi marcada pelo princípio do Não-Alinhamento com as superpotências, posição definida pelo então primeiro-ministro Jawarharlal Nehru. Após a ruptura entre a China e a União Soviética nos anos 1960, sob o impacto da derrota indiana para a China na guerra de 1962 e, na década seguinte, da aproximação entre Estados Unidos e China, a Índia aprofundou seus laços políticos e militares com a União Soviética e procurou um caminho para o desenvolvimento econômico baseado no modelo de substituição de importações. Depois da Guerra Fria, a liberalização e a abertura da economia foi acompanhada de mudanças ainda mais pragmáticas na política externa indiana, envolvendo ainda relações próximas com a Rússia, mas também e crescentemente uma parceria com os Estados Unidos e forte cooperação militar com Israel.

Cabe notar que elementos retóricos do período do não-alinhamento mantiveram-se mesmo após o final da Guerra Fria, por exemplo, na justificativa indiana para recusar apoio à iniciativa americana de invadir o Iraque em 2003. Mais importante, a Índia ainda usa o não-alinhamento como *rationale* que subjaz à oposição ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear e ao Tratado para a Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT). Ambos tratados vão de encontro à premissa de igualdade entre os países defendida pela perspectiva não-alinhada, justificando a decisão indiana de não assiná-los mesmo após o país ter se tornado uma potência nuclear.

A partir do governo do BJP (Bharatiya Janata Party – 1996-2004), houve uma maior aproximação com os Estados Unidos. Embora a tendência tenha se relativizado no atual governo da coalizão liderada pelo Partido do Congresso, são claras as diferenças com o período anterior ao da década de 1990, sendo suficiente lembrar aqui da assinatura do acordo nuclear entre Índia e Estados Unidos em 2009, ou da aproximação entre Índia e Japão, sob os auspícios americanos, como elemento de balanceamento contra a China. (THE HINDU, 10/10/2008)

Enquanto a parceria estratégica com os Estados Unidos é relativizada pela papel do Paquistão na política estadunidense para a região, a chamada *Look East Policy*, ou abertura para o oriente, tem sido adotada pela Índia há duas décadas por razões econômicas e estratégicas próprias. Afinal, o setor exportador e dinâmico da economia indiana vê na Ásia-Pacífico em geral, e nas economias emergentes do sudeste asiático em particular, excelentes oportunidades para acesso a mercados e insumos. O programa de modernização e expansão naval indiano visa, em parte, a dar substância e credibilidade para o novo protagonismo indiano na bacia do oceano Índico, enquanto afirma o controle indiano frente à crescente participação chinesa no Oceano Índico.

As relações de Índia e China ainda são de desconfiança mútua. A China possui uma parceria estratégica com o Paquistão, contando com postos avançados cujo objetivo é salvaguardar os interesses chineses no Oceano Índico e intervir na balança de poder do sul da Ásia evitando que Nova Delhi se torne o único pólo de poder na região.

O ponto mais baixo da relação entre os dois países foi a crise do Tibete e a guerra sino-indiana de 1962. Já naquela ocasião destacava-se a assimetria nas forças

armadas dos dois países, sendo que a Índia sofreu uma derrota avassaladora e declarou unilateralmente o cessar-fogo. A China também ameaçou a Índia com um ultimato na ocasião da guerra indo-paquistanesa de 1971 (que ocasionou a criação de Bangladesh). Boa parte da desconfiança mútua entre Índia e China se deve às relações de ambos com o Paquistão. (BUZAN & WAEVER, 2003)

Após o fim da Guerra Fria, as relações entre China e Índia melhoraram consideravelmente. Ambos os países tomaram um posicionamento contrário às ações da OTAN na antiga Iugoslávia, e a China defendeu o *status quo ante* depois do conflito de Kargil entre Índia e Paquistão, na Caxemira. Apesar de ainda existirem áreas de reivindicação territorial entre os dois países, estes têm procurado não trazer o tema à tona, e sim trazer outras áreas em que a cooperação é possível.

As relações entre China e Índia permanecem até hoje um misto de cooperação e competição, com a competição assumindo o primeiro plano em esferas como os mercados da ASEAN, tão importantes economicamente para a Índia. Por outro lado, como na entrada aos mercados africanos, o comportamento entre as duas novas potências está sendo cooperativo (JORNADA, 2009). Ambos os países também têm muito a ganhar em acordos econômicos bilaterais (STRATFOR, 23/12/2010), o que, igualmente, é um obstáculo para o conflito direto. Contudo, do ponto de vista securitário, a dinâmica entre os dois países permanecerá primariamente antagonica.

As relações com os Estados Unidos constituem um dos principais pontos da política externa indiana. Historicamente, as relações entre os dois países eram dotadas de grande desconfiança mútua. O posicionamento de Não-Alinhamento do Partido do Congresso era encarado como oposição direta ao bloco ocidental pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria, além de que o principal parceiro em compras militares da Índia era a antiga URSS. As relações melhoraram em muito com o fim da Guerra Fria, embora só tenham atingido o patamar atual com o governo Bush nos Estados Unidos. O governo do BJP na Índia ofereceu concomitantemente maiores oportunidades de cooperação entre os dois países.

Em setembro de 2001, a aproximação deu frutos e o governo americano levantou as sanções prévias ao programa nuclear indiano, embora conjuntamente ao paquistanês.

Entretanto, o início da guerra ao terror tem provocado uma dupla reação na Índia. Por um lado, a guerra ao terrorismo levantou a expectativa de que existiria uma maior cooperação no combate ao terrorismo muçulmano na Índia, principalmente através de uma maior pressão americana sobre o governo de Islamabad. O quadro que se figurou frustrou as expectativas indianas, pois os Estados Unidos procuraram reforçar o apoio paquistanês na guerra contra o Talibã, financiando fortemente o governo paquistanês. Assim, na medida em que a cooperação Washington-Islamabad se aprofunda ou se torna mais rarefeita, o governo indiano procura novos parceiros estratégicos na área de segurança para compensar os efeitos daquela parceria sobre o equilíbrio de forças na região (BBC, 28/04/2011).

3. Contexto Interno Indiano e Política de Defesa

As principais ameaças internas à segurança indiana no curto prazo são dadas pela atuação de grupos armados anti-governamentais, ganhando maior relevância nos últimos anos a guerrilha maoísta (conhecida como Naxalita) e os grupos muçulmanos extremistas que estabelecem refúgio no Paquistão. Também constituem uma ameaça importante os movimentos separatistas no nordeste do país, embora atualmente estejam no segundo plano.

Uma dentre as principais ameaças internas é a guerrilha Naxalita. A denominação representa os bandos armados que, juntos, formam o braço armado do Partido Comunista Indiano – Maoísta (declarado uma organização terrorista em 2009). Sua principal área de atuação é o chamado “corredor vermelho”, uma extensa faixa de terra que se estende da fronteira com o Nepal e Bangladesh até o sudoeste do país. Por ser uma área com regiões de densa folhagem florestal, a guerrilha tem tido sucesso em evadir as forças policiais governamentais, a ponto de o primeiro-ministro Singh admitir que o extremismo comunista seja “a mais grave ameaça securitária que o país encara” (BBC, 15/09/2009). Com uma vasta capacidade operacional, o grupo também tem boa receptividade entre as comunidades pobres e a jovem *intelligentsia* inconformada com as disparidades sociais.

A ação dos grupos armados muçulmanos toma frequentemente a forma de terrorismo, atacando, sobretudo, a população civil hindu (embora o próprio Parlamento tenha sido atacado em 2006). A última grande investida, que provocou grande comoção na Índia, foram os ataques coordenados em Mumbai no ano de 2008. Com 164 mortes e mais de 300 feridos, a ação foi uma das mais sangrentas na história do terrorismo na Índia. Apenas um membro do grupo foi capturado, o qual, posteriormente, confessou a participação do serviço de inteligência paquistanês, historicamente envolvido no auxílio logístico aos grupos extremistas armados muçulmanos na Índia, sobretudo na Caxemira. Dentre as principais organizações extremistas armadas na Caxemira, estão a Lashkar-e-Tayyiba e a Jesh-e-Mohammadi, que contam com a maior capacidade operacional. A atuação destas guerrilhas, que encontram refúgio tácito e, muitas vezes direto, de elementos no Estado paquistanês, está entre os principais obstáculos para a estabilização das relações entre Índia e Paquistão.

Embora a Índia conte com um PIB e poder militar vasto, a segurança nacional possui uma base institucional frágil (CEPIK, 2009). A diversidade de centros de decisão na esfera de defesa provoca uma falta de coordenação entre os diversos órgãos, enquanto historicamente há uma dissociação das iniciativas políticas na esfera civil e na esfera militar.

A organização no interior do Ministério é pesada e muitas vezes ineficiente, como se observa na incapacidade crônica do Ministério em gastar as verbas para procuração. Entre 2002 e 2008, uma combinação de atraso burocrático, ineficiência e corrupção no processo de procuração fez com que fossem devolvidos aproximadamente 5,5 bilhões de dólares de fundos de compras de equipamentos militares o para o tesouro nacional (IISS, 2010). Dentro do Ministério, a decisão sobre os gastos passa por várias instâncias e diferentes órgãos, o que em parte explica a origem dos problemas desta ordem.

Enquanto isso, apesar de já ter sido proposta a ideia da criação de um cargo de Chefe do Estado-Maior de Defesa, que coordenaria os três braços das forças armadas, a rivalidade interserviços impediu a sua concretização. O que existe em termos de integração de doutrinas e compatibilização de operações é o Estado-Maior Integrado de

Defesa (*Integrated Defence Staff*) como órgão, que tem sérias dificuldades em estabelecer sua identidade e seu escopo operacional. (JANE'S, 2008)

Um ponto notável foi a formalização, em agosto de 2009, da Célula Espacial Integrada (*Integrated Space Cell*), criada para coordenar a ação espacial entre agências de pesquisa e forças armadas. O órgão visa principalmente fazer frente às “ameaças ao aparto espacial” do país, em uma menção velada ao aumento de capacidades por parte da China. (INDIA, 2008)

As doutrinas das Forças Armadas indianas têm como centro de gravidade a possível confrontação com o Paquistão. O Exército ainda tem como importante aspecto operacional a contínua luta contra os grupos armados da Caxemira e a luta separatista no nordeste do país. Do ponto de vista da doutrina nuclear, a Índia emprega desde 2003 o princípio de não fazer uso de armas nucleares em primeiro lugar (*no first use*).

Os efetivos e o aparato do exército e da aeronáutica demonstram que a Índia considera realisticamente possível um cenário de guerra relâmpago contra o Paquistão. Concomitantemente, as forças armadas não possuem os meios nem a intenção de fazer frente às forças chinesas, faltando capacidades logísticas para tal tipo de preparação. A Força Aérea Indiana possui uma vantagem absoluta sobre o principal adversário, o Paquistão, possibilitando se falar de completa superioridade aérea indiana no caso de conflito. Enquanto o Paquistão tem se mostrado, nos últimos anos, interessado em diminuir a diferença entre as duas forças aéreas, a Índia está investindo na atualização de sua frota, investimento capitaneado pelo projeto binacional com a Rússia de desenvolvimento de um caça de quinta geração até 2015.

Rússia e Israel são os dois principais parceiros da Índia na área de defesa. Embora a participação americana tenha crescido nos últimos anos, um limitador natural é o fato de já prover aparato militar para o Paquistão, no contexto da parceria estratégica na luta contra o terror.

No biênio 2009-2010 houve um processo de reestruturação do aparato de defesa, cujo principal motivo foi os ataques de Mumbai em 2008. A percepção desta ameaça securitária levou à aprovação de um orçamento de defesa que aumentou em quase um terço em relação ao biênio anterior (2007-2008). Um vasto programa de reestruturação

das forças navais foi iniciado depois de que se ficou sabendo que os terroristas chegaram à cidade pelo mar. A Marinha de fato se tornou a principal responsável pela segurança tanto na costa como no oceano, enquanto novas redes de proteção costeira estão sendo criadas.

Ao mesmo tempo, a Marinha renovou sua doutrina em agosto de 2009, a primeira vez em seis anos, alinhando as forças armadas aos interesses econômicos e diplomáticos da Índia. A nova doutrina indiana estabelece zonas marítimas de interesse secundário que eram negligenciadas, como o Mar da China Meridional, em correspondência com o peso econômico que a área tem para a Índia e a crescente dependência nacional em petróleo e gás importados (fontes de energia que são extraídas ou transportadas através dos mares do sudeste asiático).

As principais metas indianas são de que os gastos militares atinjam 3% do PIB (atualmente é de 2,6%) e que 70% do aparato militar seja produzido internamente. Atualmente, somente 30% do aparato é produzido internamente, o que provoca uma dependência crítica em material importado. Embora existam programas de fomento, todos os projetos enfrentam atrasos. Enquanto a situação permanecer assim, Rússia e Israel continuarão a desempenhar um papel fundamental na aquisição de capacidades das forças armadas indianas.

4. Índia, Paquistão e a Segurança Regional Hoje

Apesar da crescente interação entre Índia e China, e da confirmação da Índia como potência regional, o Paquistão continua sendo a principal ameaça à segurança indiana. A relação entre os dois países, marcada pela assimetria e pelo caráter religioso da partição dos dois Estados após a descolonização britânica, está na raiz da presença marcante da militância extremista associada ao Paquistão.

As relações entre Índia e Paquistão sempre foram muito tumultuosas. Desde o seu surgimento como Estados independentes, os dois países travaram três guerras de larga escala (1947, 1965, 1971) e lutaram o conflito localizado em Kargil (1999). Apesar de que o ponto central do atrito ainda seja a região da Caxemira, a equação é mais complexa do que se aparenta.

A principal característica que dita as relações Índia-Paquistão e, por consequência, toda a dinâmica da segurança regional, é a crescente discrepância de capacidades entre os dois países. Ao mesmo tempo, a distância entre os dois acarretou na determinação do Paquistão em assegurar sua sobrevivência frente à ameaça de subjugação indiana por quaisquer meios necessários.

Uma análise da evolução de capacidades através dos desfechos dos três grandes conflitos revela a mudança de *status* ao longo do período da Guerra Fria. Enquanto o Paquistão assegura sua independência em 1947 em uma vitória contra a Índia, em 1971, na divisão do Estado paquistanês, a Índia assegurou sua vantagem sobre o rival regional. Ao longo da Guerra Fria e depois também se verificou o crescente espaço que a ação armada militante conquista dentro da sociedade paquistanesa.

Ao mesmo tempo em que a discrepância de meios convencionais aumentava, a ação de grupos armados irregulares se mostrou uma alternativa funcional para o Paquistão. A Linha de Controle, designação para as fronteiras de fato na Caxemira, não está mais próxima da defendida pela Índia pela ação de tais grupos. Foi a área de ocupação de certas tribos pashtuns, a partir de 1947, que determinou a fronteira atual entre Índia e Paquistão. (ECONOMIST, 19/05/2011)

Assim começou a afinidade de certos elementos dentro da administração paquistanesa com a militância armada étnica e religiosa para assegurar a autonomia paquistanesa dentro do subcontinente indiano. A polarização entre Índia e Paquistão, por consequência, teve impacto direto na questão afegã. O Afeganistão, historicamente, era percebido pelo Paquistão como uma ameaça externa. Com o fim da ocupação soviética em 1989 e o colapso do governo comunista em 1992, o país mergulhou em guerra civil. Enquanto que a aliança nortista tinha algum grau de suporte indiano, os diversos grupos militantes baseados na etnia pashtun obtiveram o apoio do Paquistão. Finalmente, em 1996 emergiu o governo do Talibã, que por sua associação com grupos como a Al Qaeda, foi alvo da ocupação das forças da OTAN a partir de 2001.

A questão é que o Estado paquistanês, enquanto apoia a ação de grupos políticos armados fora de seu território, sofre com a presença destes internamente. A identidade muçulmana da sociedade paquistanesa inclui expressões extremistas. O que se verifica é

a infiltração de movimentos militantes dentro ou com apoio das próprias agências estatais. Enquanto o presente artigo não discute o grau de coordenação entre a ação terrorista e a alta hierarquia dos serviços paquistaneses, o fato é que existe correlação entre o aparato estatal e a ação militante armada.

Com a ocupação da OTAN no Afeganistão, liderada pelos Estados Unidos, a relação entre os três países – Índia, Paquistão e EUA –complicou-se sobremaneira. O início da Guerra ao Terror, da administração Bush, criou possibilidades de cooperação com o fato de que a Índia também lutava internamente contra a violência política não-estatal. Entretanto, a Índia não ganhou tal grau de apoio e ação da OTAN permaneceu focada, ao longo da última década, no chamado “AfPak”. Assim, a ação tem hoje como os dois principais pilares a pacificação do Afeganistão e do Paquistão, procurando o maior apoio possível das administrações centrais. A cooperação americana com o governo de Islamabad e o esfriamento das relações com a Índia, segundo as ações estadunidenses posteriores ao ataque em Abbottabad, não deve sofrer alteração nos próximos meses.

Enquanto isso, a China fomentou sua parceria estratégica com Islamabad por dois principais fatores: a questão dos suprimentos de energia e a rivalidade com a Índia. Dados os motivadores, não é surpresa que a China se manteve afastada da retórica da Guerra ao Terror, sem fazer oposição à iniciativa, mas construindo seu entendimento próprio do tema por meio da Organização de Cooperação de Xangai, em cooperação com a então administração Putin na Rússia.

A participação chinesa em solo afegão se restringiu a investimentos em reconstrução e desenvolvimento econômico. Já com o Paquistão, a relação com a China tomou traços de cooperação estratégica com os investimentos na infraestrutura portuária de Gwadar e com a venda de aparato militar às forças armadas paquistanesas. Cabe ressaltar que a balança de poder entre China e Índia é muito favorável à primeira. A questão energética, por exemplo, é completamente diferente para os dois países. Atualmente, a China depende excessivamente do petróleo que passa por rotas marítimas que atravessam os estreitos do sudeste asiático, zona na qual possui relativa pouca influência. Disto surge o imperativo de diversificar as rotas comerciais, no qual o porto

paquistanês teria significado estratégico. A Índia, por outro lado, possui muito mais conforto no aspecto marítimo de suas rotas comerciais, embora a vasta costa constitua um maior desafio em relação à defesa naval (ponto enaltecido no contexto pós atentados de Mumbai).

A ação terrorista em solo paquistanês, entretanto, no aspecto das relações China-Índia, funciona como um agregador entre os dois adversários. O recente ataque ao porto de Karachi, em 23 de maio, simboliza o fato de que as ações não estatais relacionadas ao Paquistão diminuem cada vez mais o poder de barganha deste em relação às potências estrangeiras (BBC, 23/05/2011). Cabe lembrar que o ataque foi efetuado em resposta à morte de Osama Bin Laden, o que agrega, além de Índia e China, a iniciativa antiterrorista dos Estados Unidos. O ataque ao porto representou uma ameaça, ao mesmo tempo, aos interesses da presença chinesa e à Índia, por remeter ao perigo de que o aparato militar do Estado paquistanês possa cair em mãos de grupos extremistas.

A ação unilateral na morte de Bin Laden somou mais um desprestígio para o Paquistão. O governo americano declarou que o ataque não foi coordenado com a Inteligência Inter-Serviços paquistanesa pelo fato de que a infiltração da agência colocaria um alto risco ao sucesso da missão. Embora as declarações pós-Abbottabad tenham sido feitas no sentido de amenizar as relações Washington-Islamabad, permanecerá a desconfiança entre os dois governos e a necessidade mútua de colaboração entre ambos.

A Índia não foi um alvo na última onda de atentados terroristas. Entretanto, por mais que os grupos terroristas tenham uma agenda própria, a dinâmica regional ainda é a do conflito interestatal entre Índia e Paquistão. A ação desses grupos se insere, nesse quadro, como um fruto da assimetria de capacidades e dificilmente estes serão cerceados sem participação indiana.

5. Reflexões Finais

A morte de Osama Bin Laden foi positiva para a estratégia norte-americana no “AfPak”. Apesar disso, o fato em si terá pouca consequência para a matriz da segurança da região, determinada pelo modo como se relacionam Índia e Paquistão.

Continuará a relação ambígua entre Estados Unidos e Paquistão. A menos que uma reforma abrangente dos serviços militares paquistaneses resulte em uma força imune ao extremismo, os Estados Unidos se manterão com receio dos limites da cooperação militar e de inteligência entre os dois países.

Já a China, parceira estratégica do Paquistão no longo prazo, encontra-se com opções mais limitadas na medida em que o governo paquistanês possui pouco controle tanto das milícias quanto da ação antiterrorista. As dificuldades em torno da consolidação da infraestrutura, que ligará o oeste chinês ao Oceano Índico através do Paquistão, vão ser eventualmente contornadas, conquanto os atuais acontecimentos atrasem o projeto.

A Rússia, por sua vez, procura se reaproximar da Índia, aproveitando-se das necessidades e atenções dispensadas ao Paquistão pelos Estados Unidos e China. Após um longo período de cooperação durante a Guerra Fria, os dois países foram aliados, mantendo até hoje importante cooperação militar e energética. Neste contexto, a estabilidade do projeto de Estado indiano frente o paquistanês age como um facilitador da escolha russa.

Ou seja, tanto as grandes potências (Estados Unidos, China e Rússia) quanto as potências regionais (Paquistão e Índia) mantêm alianças e cooperações cruzadas no contexto da Guerra Global contra o Terrorismo (GWAT) que visam a objetivos de curto prazo, são ambíguas, pragmáticas e apresentam considerável risco a médio e longo prazo.

A Índia será a chave para a evolução da segurança no subcontinente. Sua capacidade de combater a ação de milícias armadas em seu território, com ligações paquistanesas ou não, definirão o padrão do combate antiterrorista na região. Testemunha-se no panorama externo a clara percepção da necessidade da ação contra a consolidação da supremacia chinesa na Ásia. Enquanto as diferenças de capacidades são significativas, a Índia vem procurando um *modus operandi* que seja ao mesmo tempo realista – que perceba as diferenças de capacidades entre China e Índia – e incisivo. Os atentados de Mumbai, em 2008, favoreceram a securitização da política externa e um contexto em que foi parcialmente revisada a ação estatal em matéria de defesa. Ainda

assim, o processo está em curso e ao longo dos próximos anos se verificará o resultado destas iniciativas.

Em um contexto em que ambas as partes dispõem de artefatos nucleares, cabe observar se a Índia de fato irá exercer uma hegemonia sobre a região e como ela conseguirá lidar com a questão paquistanesa. A recente ofensiva estadunidense contra as lideranças extremistas na área do AfPak pode pavimentar algum tipo de concertação institucional, mas a assimetria e os *trade-offs* entre interesses de curto e de longo prazo tendem a se manter.

Outro aspecto do desenrolar da Guerra ao Terror para as relações bilaterais de Índia e Paquistão é o próprio futuro do Afeganistão. A Índia já demonstrou interesse em assumir um papel cada vez maior na reconstrução do país, reascendendo os temores paquistaneses da constituição de mais um governo hostil ao longo de sua maior fronteira. (WASHINGTON POST, 01/06/2011)

De modo geral, ao contrário do que poderia parecer, o sucesso norte-americano no assassinato de Bin Laden amplia o distanciamento entre Índia e Paquistão. Enquanto a Índia acumula, cada vez mais, capacidade própria de manobra diplomática, de ação militar e de poder econômico em um ambiente com alianças internacionais frouxas, o Paquistão enfrenta as consequências de anos de associação à movimentos extremistas e depende cada vez mais de alianças internacionais motivadas (do ponto de vista de Beijing e Washington) pelo temor das consequências de um eventual colapso do estado paquistanês.

REFERÊNCIAS

BUSH SIGNS INDIA-US NUCLEAR BILL INTO LAW. The Hindu, 10 de outubro de 2008. Disponível em:
<http://www.hindu.com/2008/10/10/stories/2008101060940100.htm>

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. Regions and Powers: The Structure of International Security. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2003.

CEPIK, Marco. Segurança nacional e cooperação Sul-Sul: Índia, África do Sul e Brasil. In: LIMA, Maria Regina Soares e HIRST, Monica. Brasil, Índia e África do Sul: Desafios e Oportunidades para Novas Parcerias. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

CHADHA, Vivek. Low intensity conflicts in India: an analysis. Nova Délhi: Sage Publications, 2005.

D'SOUZA, Radha. At the confluence of law and geography: contextualizing inter-state water disputes in India. Auckland, 6 de agosto de 2001. Disponível em: <http://savepanjab.org/images/pdf/1272889273Contextualizing%20Interstate%20Water%20Disputes%20in%20India.pdf>

A RIVALRY THAT THREATENS THE WORLD. The Economist, 19 de maio de 2011. Disponível em: <http://www.economist.com/node/18712274?frsc=dgla>

GUJARAT INQUIRY: NARENDRA MODI 'PARTISAN' OVER RIOTS. BBC, 4 de fevereiro de 2001. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-south-asia-12362891>

IISS - INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. The Military Balance 2010. Disponível em: www.iiss.org

INDIA, AFGHANISTAN TO DISCUSS INCREASING DEFENCE COOPERATION AS NATO WITHDRAWAL LOOMS. The Washington Post. 1 de junho de 2008. Disponível em: http://www.washingtonpost.com/world/india-afghanistan-to-discuss-increasing-defense-cooperation-as-nato-withdrawal-looms/2011/06/01/AG3ux6FH_story.html

INDIA - PRESS INFORMATION BUREAU, GOVERNMENT OF INDIA. Special cell set up to counter growing threat to space assets. 2008. Disponível em: <http://pib.nic.in/newsite/erelease.aspx?relid=39503>

INDIA BETWEEN CHINA AND RUSSIA. Stratfor, 23 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.stratfor.com/analysis/20101222-india-between-china-and-russia>

INDIA CHOOSES EUROPEAN FIGHTERS OVER US RIVALS. BBC, 28 de abril de 2011. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/business-13233177>

INDIA IS LOSING 'MAOIST BATTLE'. BBC, 15 de setembro de 2009. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/south_asia/8256692.stm

INDIA POLITICIAN HELD OVER MURDER IN GUJARAT. BBC, 26 de julho de 2010. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-south-asia-10757880>

JANE'S. India Country Profile (2008). Disponível em www.janes.com

JORNADA, Helena Lobato da. China e Índia no Século XXI. 2008. 106 f. Tese de Conclusão de Curso (Graduação) - Ufrgs, Porto Alegre, 2009.

KARACHI ATTACK 'EMBARASSING' FOR PAKISTAN'. BBC, 23 de maio de 2011. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-south-asia-13497328>

KARNAD, Bharat. India's Nuclear Policy. Westport: Praeger Security International, 2008.

PILDAT. Inter State Water Disputes and Interlinking of Rivers in India. Islamabad, março de 2011. Disponível em: <http://www.pildat.org/Publications/publication/WaterR/CaseStudy-InterStateWaterDisputesandInterlinkingofRiversinIndia.pdf>

Recebido em 06 de Junho de 2011. Aprovado em 25 de junho de 2011.

RESUMO

O presente artigo analisa o quadro atual das relações indo-paquistanesas, sob a perspectiva indiana. Contextualizando o quadro da segurança regional, somado aos recentes acontecimentos da Guerra ao Terror, percebe-se que a securitização das relações entre os dois países se mantém a principal dinâmica na região.

PALAVRAS-CHAVE

Índia; Segurança Regional; Paquistão.

ABSTRACT

This article analyzes the current Indo-Pakistani relations, under the Indian perspective. Contextualizing the framework of regional security, coupled with the late events of the War on Terror, it is clear that the securitization of relations between the two countries remains the major dynamic in the region.

KEYWORDS

India; Regional Security; Pakistan.